



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

PARECER JURÍDICO Nº 069/2024

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DECORAÇÃO DA VILA DO FORRÓ E PRAÇAS DA CIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA; LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021. DECRETO 11.462/2023. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. **RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.**

I. DO RELATÓRIO:

Trata o presente expediente de *fase interna* de processo administrativo que tem por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DECORAÇÃO DA VILA DO FORRÓ E PRAÇAS DA CIDADE**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, conforme Termo de Referência, mediante licitação pública, na **modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM**, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 2.115/2023, IN SEGES nº 73 de 30 de setembro de 2022 e, ainda, Lei Complementar 123/2006, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

O processo veio acompanhado de Documento de Formalização de Demanda, Relatório de Cotação, Nota Técnica, Termo de Referência, Solicitação de Despesa, Minuta do Edital e Minuta de contrato.

Eis o relatório. Passa-se à análise jurídica.

II. ABRANGÊNCIA DA ANÁLISE JURÍDICA:

Consigne-se que a presente análise considerará **tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Procuradoria Jurídica**, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.



Pág 148
Jen

**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Preceitua a lei, que alguns atos administrativos devem ser precedidos de parecer para sua prática, sendo este o pressuposto/requisito do ato, fato que obriga o administrador a solicitá-lo, chamado de parecer obrigatório.

Neste caso, a obrigatoriedade a que o administrador público está vinculado, não é a da conclusão ou resultado sugerido pelo parecerista, mas da obrigação de ter que solicitá-lo por determinação legal, podendo, inclusive, agir de forma contrária a sugerida pelo prolator.

Desta forma, foram enviados os presentes autos para esta Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei n.º 14.133/2021, bem como considerando o disposto no art. 32 e seguintes do **DECRETO N.º 2.115 de 26 de Novembro de 2023**, o qual regulamenta no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Pacatuba, a Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021.

Feita esta ressalva, passemos à análise do pedido.

II - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

A obrigatoriedade de licitar consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI. O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva "*os casos especificados na legislação*", abre a possibilidade de a lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar, que é exatamente o que se observa pelas disposições dos artigos 74 e 75 da Lei n.º 14.133/21, que tratam, respectivamente, sobre os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação.

Na Administração Pública, a **regra é a licitação** e a exceção a contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei n.º 14.133/21 em dispensa e inexigibilidade.

Paralelamente, o art. 6.º, inc. XLI, da Lei n.º 14.133/2021, prevê que as contratações de bens e serviços comuns deverão ser processadas obrigatoriamente adotando-se a modalidade pregão. Além disso, o pregão deve ser realizado nos casos em que o objeto *possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado* (art. 29 da Lei n.º 14.133/2021).

Feitas essas considerações prévias, passa-se ao exame do caso concreto.

III. O CASO CONCRETO:



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Levando-se em consideração os documentos que instruem o presente procedimento, e aqueles que são necessários em todos e quaisquer procedimentos licitatório, passo a analisá-los, **objetivamente**:

(a) Exigências Satisfeitas:

(i) Modalidade por tratar-se de aquisição de produtos comuns e que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, o pregão é a modalidade adequada para a licitação pretendida, assim como a forma eletrônica para a disputa (art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/20214).

A presente Procuradoria, após cuidadosa análise, conclui que a **seleção da modalidade licitatória em questão revela-se como providência acertada.**

Destarte, recomenda-se veementemente que a Administração Pública empregue rigoroso planejamento adequado, com o escopo de prevenir qualquer fracionamento indevido em todos os procedimentos, assegurando, assim, a integridade do caráter competitivo do certame. Sublinha-se, outrossim, a imprescindibilidade de observância ao mandamento constitucional de licitar, insculpido como dever inafastável à Administração.

(ii) Critério de Julgamento: menor preço por item (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/20215 e Decreto Municipal nº 2.115/2023;

(iii) Documentos de Oficialização de Demanda: foi dispensada a elaboração do ETP, e foi anexado Termo de Referência a fim de oficializar a necessidade da contratação e contendo todos os dados informadores para subsidiá-la, nos termos do art. 6º, inc. XXIII, e do art. 18, inc. I e § 1º, todos da Lei nº 14.133/2021. Ademais, no presente caso, cumpre esclarecer que o Documento de Formalização de Demanda – DFD fundamenta o Plano de Contratações Anual – PCA, em que a aérea demandante evidencia e detalha a necessidade da contratação e, considerando a **inexistência** de PCA neste Município até o presente momento;

(iv) Justificativa da Quantidade: no Termo de Referência foi justificada adequadamente a quantidade pretendida com base na demanda pretérita, considerando-se os diversos serviços sociais e programas oriundos;

(v) Justificativa do Preço: ao Termo de Referência foram anexados valores pesquisados no Banco de Preços Público, sendo que o preço que a Administração está disposta a pagar corresponde à média dos preços pesquisados, de acordo com a planilha demonstrativa anexa, demonstrando que não há sobrepreço e, dessa forma, atende as disposições do Decreto Municipal nº 2115 de dezembro de 2023. **Salienta-se que fica excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no Termo de Referência com os de mercado, já que estes são objeto de pesquisa e valoração exclusiva do setor técnico competente solicitante da contratação;**

(vii) Minuta do Edital e do Contrato: o edital atende às exigências prescritas no art. 25 da Lei nº 14.133/2021. A minuta do contrato atende o disposto no art. 89 e seguintes da Lei no. 14.133/2021.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

IV. DA CONCLUSÃO:

Cumpre salientar que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos-administrativa. Além disso, **este parecer possui caráter meramente opinativo**, não vinculando, portanto, a decisão do gestor.

Ante o exposto, esta Procuradoria Jurídica **OPINA** pela **viabilidade** do Pregão Eletrônico, com critério de julgamento Menor Preço por Item, para **contratação de empresa para aquisição de Material para Ornamentação Junina, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura**, podendo ser dado prosseguimento à fase externa, com a publicação do edital e seus anexos.

Ressalte-se que o presente parecer restringe-se aos aspectos legais do procedimento, ausente juízos de valor referentes aos aspectos econômico e técnico, nem da oportunidade e conveniência da decisão adotada.

É o parecer. À ciência da área consultente.

Pacatuba/SE, em 30 de abril de 2024.

ANTÔNIO LUCAS SANTOS BRITO
Procuradoria Municipal
OAB/SE 13.1896